

Urbem S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 265DQ-038-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024	14

Urbem S.A.
Relatório da administração
31 de dezembro de 2025

A Urbem S.A. (“Urbem”), ao longo de 2025, deu continuidade à sua trajetória de consolidação operacional e evolução estratégica no setor de madeira engenheirada. Após os avanços estruturais realizados nos anos anteriores, a Companhia concentrou seus esforços na melhoria de eficiência produtiva, na otimização de custos e no fortalecimento de sua atuação comercial, refletindo um momento de maior maturidade do negócio.

O ano de 2025 foi marcado pela busca por maior equilíbrio operacional, especialmente diante dos desafios inerentes à escala produtiva e à absorção de custos fixos. A Companhia avançou na estabilização de seus processos industriais, com ganhos relevantes de produtividade e qualidade, ao mesmo tempo em que aprimorou sua gestão da cadeia de suprimentos e seu controle operacional.

Adicionalmente, a Urbem intensificou sua atuação ao longo de toda a cadeia de valor, ampliando sua proposta de atuação para além do fornecimento de produtos estruturais. A Companhia passou a fortalecer sua presença na execução e montagem de projetos, oferecendo uma solução mais completa aos clientes. Esse movimento estratégico contribui para maior captura de valor, incremento de margens e maior previsibilidade na execução dos projetos, além de reforçar o posicionamento da Urbem como parceira integrada em construção industrializada.

O setor de construção industrializada segue em expansão no Brasil, impulsionado por tendências como sustentabilidade, produtividade e redução de prazos de obra. Nesse contexto, a madeira engenheirada se destaca como uma solução competitiva e alinhada às demandas contemporâneas, reforçando o posicionamento estratégico da Urbem em um mercado com elevado potencial de crescimento.

A Companhia manteve seu compromisso com elevados padrões de qualidade e sustentabilidade, sustentados por seu laboratório de controle tecnológico e pelas certificações relevantes do setor, incluindo o FSC (*Forest Stewardship Council*). A atuação responsável e alinhada às práticas ESG continua sendo um dos pilares da estratégia da Urbem.

Ao longo do exercício, a Companhia também seguiu aprimorando sua estrutura organizacional e seus processos de gestão, com foco em eficiência, disciplina financeira e geração de valor no longo prazo.

A Diretoria da Urbem agradece a dedicação de seus colaboradores, bem como a confiança de seus acionistas, clientes, fornecedores e parceiros. A Companhia permanece comprometida com a evolução de seu modelo de negócios, buscando consolidar sua posição como referência em construção industrializada sustentável no Brasil.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Iguaçu, 100 - Rebouças -
Curitiba (PR) Brasil
T +55 41 3222-8432
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Urbem S.A.
Almirante Tamandaré - Paraná

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Urbem S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Não cumprimento de cláusulas restritivas – covenants

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia não cumpriu, até a data de encerramento das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (data do balanço), determinadas cláusulas contratuais restritivas (covenants) previstas em contrato de debêntures firmados junto à instituição financeira, não tendo obtido, até essa data, anuência formal dos credores que permitissem o diferimento ou suspensão da aplicabilidade das cláusulas restritivas (waiver). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, devido ao fato de a Companhia não deter o direito substantivo, na data do balanço, de postergar a exigibilidade de tal obrigação por, pelo menos, doze meses após a data do balanço, o saldo deveria ter sido integralmente classificado no passivo circulante. Entretanto, a administração manteve tais obrigações classificadas no passivo não circulante. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025 o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante está apresentado a maior no montante de R\$ 73.587 mil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, incorreu em prejuízo no montante de R\$ 56.664 mil e, naquela data, apresentava passivo circulante em excesso ao ativo circulante, patrimônio líquido negativo e caixa aplicado nas atividades operacionais.

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na citada nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Os planos e ações da administração para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, de sua posição patrimonial e da necessária geração de caixa e lucratividade estão descritos na Nota Explicativa nº1. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, emitido em 12 de agosto de 2025, continha ressalva quanto ao mesmo assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Exceto quanto ao assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, 29 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-008.839/F-9



Ricardo Engel
Contador CRC 1PR-052.941/O-5

Urbem S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.393	1.310
Aplicações financeiras	4.1	-	2.500
Contas a receber de clientes	5	7.427	3.121
Estoques	6	14.857	18.169
Adiantamentos a fornecedores	-	1.417	2.733
Impostos a recuperar	7	1.921	15.746
Outros ativos	-	1.518	225
Total do ativo circulante		29.533	43.804
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar	7	13.797	2.943
Outros ativos	-	8	8
Imobilizado	8	73.765	83.898
Intangível	9	662	898
Direito de uso	10	7.236	8.006
Total do ativo não circulante		95.468	95.753
Total do ativo		125.001	139.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Urbem S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	11	9.394	7.147
Empréstimos e financiamentos	12	11.032	15.266
Debêntures a pagar	13	4.327	5.204
Arrendamentos a pagar	10	1.515	1.517
Salários e encargos sociais	-	2.544	3.162
Tributos a recolher	-	2.673	2.424
Adiantamentos de clientes	14	9.740	5.580
Outros passivos	15	6.053	2.283
Total do passivo circulante		47.278	42.583
Passivo não circulante			
Tributos a recolher	-	1.683	1.275
Arrendamentos a pagar	10	6.975	7.497
Debêntures a pagar	13	69.260	69.052
Total do passivo não circulante		77.918	77.824
Patrimônio líquido			
Capital social	18	182.833	146.937
Debêntures perpétuas conversíveis em ações	18	7.643	6.220
Prejuízos acumulados	-	(190.671)	(134.007)
Total do patrimônio líquido		(195)	19.150
Total do passivo e patrimônio líquido		125.001	139.557

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Urbem S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	19	30.834	11.543
Custo dos produtos vendidos	20	(51.203)	(31.412)
Lucro bruto		(20.369)	(19.869)
Despesas gerais e administrativas	21	(13.442)	(14.610)
Despesas comerciais	21	(5.199)	(1.277)
Outras receitas (despesas), líquidas	21	(902)	810
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(39.912)	(34.946)
Receitas financeiras	22	368	1.393
Despesas financeiras	22	(17.120)	(14.865)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro		(56.664)	(48.418)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		(56.664)	(48.418)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Urbem S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(56.664)	(48.418)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	(56.664)	(48.418)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Urbem S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social integralizado	Debêntures perpétuas convertíveis em ações	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2023	116.075	5.082	(85.589)	35.568
Aumento de capital social	30.862	1.138	-	32.000
Prejuízo do exercício	-	-	(48.418)	(48.418)
Em 31 de dezembro de 2024	146.937	6.220	(134.007)	19.150
Aumento de capital social	35.896	1.423	-	37.319
Prejuízo do exercício	-	-	(56.664)	(56.664)
Em 31 de dezembro de 2025	182.833	7.643	(190.671)	(195)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Urbem S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos		(56.664)	(48.418)
Ajustes de			
Depreciação	8	10.512	10.040
Amortização	9	236	236
Amortização do direito de uso	11	769	743
Alienação na baixa de ativo imobilizado		33	-
Encargos financeiros de contratos de arrendamento	11	562	796
Juros sobre debêntures	-	12.817	10.325
Custo com emissão de debêntures a apropriar	-	209	209
Juros sobre empréstimos	-	1.651	2.867
Provisão para perda nos estoques	5	-	(1.536)
		(29.875)	(24.738)
Variações em			
Contas a receber de clientes	-	(4.306)	(2.486)
Estoques	5	3.312	(10.135)
Adiantamento a fornecedores	-	1.316	(2.292)
Impostos a recuperar	6	2.972	1.323
Outros ativos	7	(1.293)	252
Fornecedores	12	2.247	3.352
Salários e encargos sociais	13	(618)	1.179
Tributos a pagar	14	657	(1.845)
Adiantamento de clientes	-	4.160	2.267
Outros passivos	-	3.770	2.283
Caixa líquido (aplicado) nas atividades operacionais		(17.658)	(30.840)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8	(412)	(1.167)
Aplicação financeira		2.500	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de investimento		2.088	(1.167)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital social	17	35.896	30.862
Integralização debêntures perpétuas	17	1.423	1.138
Amortização de juros sobre debêntures	16	(13.695)	(10.824)
Captação de empréstimos	-	10.000	10.000
Amortização de principal e juros de empréstimos	-	(15.885)	(7.934)
Pagamento de contratos de arrendamentos	11	(1.086)	(1.086)
Outros custos de financiamento	-	-	(44)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		16.653	22.112
Movimentação líquida em caixa e equivalentes de caixa	-	1.083	(9.895)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.310	13.705
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.393	3.810

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Urbem S.A. mantém sua sede administrativa e unidade industrial no município de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, além de unidade comercial na cidade de São Paulo. A Companhia atua no segmento de madeira engenheirada a partir de florestas plantadas, oferecendo soluções sustentáveis para a construção civil, com destaque para os produtos CLT (Cross Laminated Timber) e MLC (Madeira Lamelada Colada), além de serviços integrados de engenharia, detalhamento, supply e montagem de estruturas.

A planta industrial iniciou suas operações em dezembro de 2022 e passou, ao longo de 2023 e 2024, por processo gradual de estabilização operacional, ramp-up industrial e maturação dos principais equipamentos produtivos. Durante esse período, a Companhia enfrentou desafios relacionados à cadeia de suprimentos, especialmente em relação à indisponibilidade e posterior estabilização do classificador, equipamento relevante para o fluxo produtivo e ganho de eficiência operacional.

Ao longo de 2024, a Companhia promoveu reestruturações operacionais relevantes, incluindo revisão da estratégia de suprimentos, diversificação da base de fornecedores nacionais de serrados, adequações no planejamento fabril e melhorias no fluxo operacional da planta industrial. Essas medidas permitiram maior estabilidade operacional e evolução gradual dos indicadores de produtividade e eficiência industrial ao longo de 2025.

Paralelamente, a Companhia vem evoluindo seu modelo de negócios para uma atuação mais integrada ao longo da cadeia de valor, ampliando sua participação nos projetos e oferecendo soluções completas (“proposta global”), contemplando não apenas o fornecimento dos produtos industrializados, mas também serviços de engenharia, compatibilização, supply e montagem. Essa estratégia visa ampliar a captura de margens, aumentar a previsibilidade operacional dos projetos e fortalecer o posicionamento da Companhia no mercado de construção industrializada em madeira.

Apesar da evolução operacional observada ao longo de 2025, a Companhia ainda apresentou prejuízo operacional e prejuízo líquido no exercício, principalmente em função da baixa demanda observada no primeiro semestre de 2025, que resultou em subutilização da capacidade instalada industrial, menor diluição dos custos fixos fabris e pressão sobre as margens operacionais e geração de caixa.

Adicionalmente, a Companhia permanece em processo de ganho gradual de escala operacional e comercial, sendo que o volume atual de produção e faturamento ainda se encontra abaixo do nível considerado ideal para plena absorção dos custos fixos industriais e captura integral das eficiências previstas em seu plano de negócios.

Em resposta a esse cenário, a Administração implementou, ao longo de 2025, um conjunto de medidas operacionais, comerciais e financeiras voltadas à melhoria da rentabilidade e fortalecimento da estrutura financeira da Companhia, incluindo:

- reestruturação e racionalização de custos e despesas operacionais;
- revisão da estrutura organizacional;
- renegociação com fornecedores e prestadores de serviços;
- diversificação da cadeia de suprimentos;
- priorização de projetos com maior margem de contribuição;
- melhorias no planejamento industrial e eficiência fabril;
- ampliação da oferta de serviços integrados; e
- fortalecimento da estrutura operacional e financeira da Companhia.

As projeções financeiras preparadas pela Administração, contemplando horizonte mínimo de 12 meses a partir da data de aprovação destas demonstrações financeiras, indicam expectativa de evolução gradual da geração operacional de caixa, sustentada principalmente:

- (i) pelo crescimento progressivo do volume faturado e da carteira comercial;
- (ii) pelo aumento da utilização da capacidade instalada industrial;
- (iii) pela melhoria da absorção dos custos fixos fabris;
- (iv) pelos ganhos de eficiência decorrentes da maturação operacional da planta industrial; e
- (v) pela ampliação da participação da Companhia em projetos integrados de maior valor agregado.

As projeções consideram premissas alinhadas ao estágio atual de desenvolvimento operacional e comercial da Companhia, incluindo crescimento gradual da demanda pelos produtos e soluções da Urbem, evolução da conversão do pipeline comercial, continuidade dos ganhos de produtividade industrial, estabilidade da cadeia de suprimentos e captura das eficiências operacionais implementadas ao longo de 2025.

A Administração também realizou análises de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas nas projeções financeiras, contemplando cenários alternativos relacionados ao ritmo de conversão comercial, evolução das margens operacionais e crescimento da produção. Os resultados dessas análises demonstram resiliência operacional e financeira compatível com o estágio atual de maturação da Companhia e seu plano de crescimento.

Ao longo do período, a Companhia promoveu iniciativas voltadas ao fortalecimento de sua estrutura operacional e financeira, incluindo otimização do capital de giro, reestruturação de custos, evolução da eficiência industrial e ampliação da participação em projetos integrados de maior valor agregado. A Administração entende que a evolução operacional observada ao longo de 2025, combinada às medidas implementadas e às perspectivas comerciais atuais, proporciona bases consistentes para continuidade e desenvolvimento das operações da Companhia.

Dessa forma, a Administração concluiu que as projeções financeiras, combinadas com a evolução operacional da Companhia, seu plano de crescimento e os ganhos de eficiência esperados, são suficientes para assegurar a continuidade operacional da Companhia. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 29 de maio de 2026.

b) Base de mensuração

Os quadros das demonstrações financeiras foram preparados com base no custo histórico e valor justo por meio do resultado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Esses quadros das demonstrações financeiras são apresentados em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Para a preparação destes quadros das demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão detalhadas adiante.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

São revisados regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação desses quadros das demonstrações financeiras estão descritas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

3.1. Moeda estrangeira

a) Transações em moeda estrangeira

Transações de operações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de “Custo amortizado”. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os principais ativos financeiros da Companhia compreendem as rubricas de caixa, bancos e contas a receber de clientes.

Os ativos são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Custo amortizado

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

ii) Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”. O custo dos produtos acabados e dos produtos em formação compreende matéria prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

3.5. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione benefícios econômicos futuros. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

	Vida útil estimada
Benfeitorias em imóveis de terceiros	de acordo com contrato
Celulares	4 anos
Estoque de peças de reposição	10 anos
Equipamentos de informática	4 anos
Equipamentos de telefonia	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment)

i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido para a companhia em condições que a companhia não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

3.8. Provisões

As provisões, incluindo provisões para contingências, são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e **(iii)** o valor possa ser estimado com segurança.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

3.9. Benefícios a empregados e diretores

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma política que leva em conta o atingimento de metas anuais. Com base na política de remuneração, são avaliados os percentuais de atingimento das metas e então, é calculado e contabilizado o valor do bônus que será pago.

3.10. Debêntures perpétuas conversíveis em ações

As debêntures perpétuas emitidas pela Companhia em duas séries, são conversíveis em ações ordinárias, sem garantias e em moeda nacional. A remuneração de cada debênture consistirá, exclusivamente, na participação nos lucros da Companhia em montante correspondente ao lucro líquido distribuído para cada ação ordinária de emissão da Companhia, a título de dividendos ou juros sobre capital próprio. As debêntures participam em qualquer distribuição de resultado aos acionistas da Companhia, sendo calculada como se as ações que serão convertidas futuramente já existissem.

As debêntures perpétuas conversíveis em ações foram definidas como instrumento de patrimônio e classificadas no patrimônio líquido.

3.11. Empréstimos

Os empréstimos obtidos pela Companhia são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos de quaisquer custos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de transação atribuíveis, como taxas bancárias e outros custos incorridos diretamente relacionados à obtenção de empréstimos, são incluídos no valor contábil do passivo financeiro. Esses custos são amortizados ao longo da vida do empréstimo.

Quando um empréstimo é renegociado ou refinanciado, a Companhia avalia se essa transação deve ser tratada como uma modificação substancial do empréstimo existente ou como um novo empréstimo. Caso seja considerada uma modificação substancial, a diferença entre o valor contábil original e o novo valor do empréstimo é reconhecida como um ganho ou perda no resultado.

Os empréstimos são classificados como passivos circulantes ou não circulantes, dependendo da sua maturidade e de acordo com as condições do contrato.

3.12. Direito de uso e passivo de arrendamento

O direito de uso dos ativos e os passivos dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos", "Despesas Administrativas", "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i)** Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas;
- (ii)** Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor;
- (iii)** considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato;
- (iv)** Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável;
- (v)** A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo;

(vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia, para as operações de arrendamento do terreno para construção da fábrica foi 9,50%. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem a Companhia, líquidas de inflação;

(vii) A mensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (reset), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2025 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

3.13. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e bancos	627	55
Depósitos a curto prazo (a)	1.766	1.255
Total	2.393	1.310

A Companhia mantém suas disponibilidades financeiras em caixa, bancos e aplicações de alta liquidez, de forma a garantir a flexibilidade financeira para suas operações.

(a) As aplicações financeiras consistem, principalmente, em investimentos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade de 99% do CDI (mesma taxa de 2024). Esses ativos são de fácil resgate, com possibilidade de resgatar a qualquer momento, sem custos ou penalidades para a Companhia, exceto pela exigência de garantia de parte de um empréstimo conforme Nota Explicativa nº 4.1.

4.1. Aplicações Financeiras

	2025	2024
CDB	-	2.500
Total	-	2.500

Em 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras vinculadas no montante de R\$ 2.500, mantidas como garantia de operações de empréstimos, conforme condições contratuais estabelecidas. Em 2025, tais valores foram integralmente resgatados, não havendo, portanto, aplicações financeiras vinculadas a garantias na referida data.

5. Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes está assim composto:

	2025	2024
Clientes mercado interno	3.275	3.121
Clientes mercado externo	4.152	-
Total	7.427	3.121

A composição da carteira de clientes a receber por idade de vencimento (*aging list*), está demonstrada a seguir:

	2025	2024
A vencer	5.058	1.862
Em aberto:		
Em aberto até 30 dias	767	456
Em aberto de 31 a 60 dias	447	231
Em aberto de 61 a 90 dias	298	1
Em aberto de 91 a 180 dias	687	25
Em aberto de 181 a 365 dias	170	540
Em aberto há mais de 365 dias	-	6
Total	7.427	3.121

A Companhia efetuou a análise de sua carteira de contas a receber, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência, risco de crédito e demais evidências disponíveis. Com base nessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas no exercício.

6. Estoques

	2025	2024
Estoque matéria prima (a)	3.890	1.999
Estoque de produtos em elaboração (b)	6.562	11.963
Estoque de produtos acabados	4.405	4.207
Total	14.857	18.169

(a) O estoque de matéria prima é composto madeira serrada, adesivos e produtos químicos destinados ao tratamento da madeira;

(b) O estoque de produtos em elaboração é composto madeira serrada seca, tratada e não tratada.

A Companhia realiza periodicamente a avaliação de seus estoques de produtos acabados com base no valor líquido realizável, de forma a refletir eventuais perdas de valor.

O procedimento adotado consiste em apurar, para cada produto acabado, a margem líquida projetada de venda, obtida a partir do preço estimado de venda deduzido dos custos variáveis e despesas diretas de comercialização. Esse valor é então comparado ao custo contábil registrado no estoque.

Quando o valor líquido realizável (margem líquida projetada) é inferior ao custo contábil, a diferença é registrada como provisão para *impairment*, aplicada exclusivamente aos itens que apresentaram tal situação. Estoques de matérias-primas, produtos em elaboração e outros não foram objeto desta avaliação.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor total da provisão para *impairment* foi nulo, comparado a R\$ 1.023 em 31 de dezembro de 2024.

7. Impostos a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte (IRRF) sobre aplicação financeira	37	163
Programa de integração social (PIS) (a)	2.150	2.077
Contribuição para financiamento da seguridade social (Cofins) (a)	9.754	9.461
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	716	1.304
Crédito CIAP (a)	2.143	4.794
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	890	890
INSS a Recuperar	17	-
CSLL a Recuperar	2	-
IPI a Recuperar	9	-
Total	15.718	18.689
Circulante	1.921	15.746
Não circulante	13.797	2.943

(a) O volume expressivo dos créditos é devido, principalmente, a aquisição de equipamentos para a montagem da fábrica. Devido ao atraso na chegada de um importante equipamento no processo produtivo, o que aumentou os custos operacionais, a Companhia optou por não acelerar o processo de vendas, o que resultou em um baixo consumo dos créditos de PIS, COFINS e ICMS.

8. Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Equip. de telefonias	Estoque para peças de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	11.622	280	-	301	80.346	5	26	191	-	92.771
Aquisições	730	85	-	-	352	-	-	-	-	1.167
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	26	-	-	191	-	(26)	(191)	-	-
Depreciação	(1.031)	(106)	-	(49)	(8.852)	(2)	-	-	-	(10.040)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	11.321	285	-	252	72.037	3	-	-	-	83.898
Aquisições	-	40	-	-	337	35	-	-	-	412
Baixas	-	-	-	-	(33)	-	-	-	-	(33)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(1.050)	(196)	-	(23)	(9.238)	(5)	-	-	-	(10.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	10.271	129	-	229	63.103	33	-	-	-	73.765

Não foram identificados indicadores de perda de valor recuperável (*impairment*), que pudessem requerer redução dos valores acima apresentados.

9. Intangível

	Direito de uso software e outras licenças	Intangível em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	297	837	1.134
Aquisições	-	-	-
Transferências	837	(837)	-
Amortização	(236)	-	(236)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	898	-	898
Aquisições	-	-	-
Transferências	-	-	-
Amortização	(236)	-	(236)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	662	-	662

Os softwares possuem vida útil estimada de 05 anos.

10. Direito de uso e arrendamentos a pagar

A Companhia atua como arrendatária no contrato relacionado ao Galpão onde fica a fábrica. Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão assim demonstrados:

	2025	2024
Direito de uso	11.090	11.090
Depreciação acumulada	(3.854)	(3.084)
Total do ativo	7.236	8.006
Passivo de arrendamento	12.919	14.278
Encargos a recolher	(4.429)	(5.263)
Total do passivo	8.490	9.014
Passivo circulante	1.515	1.517
Passivo não circulante	6.975	7.497

As movimentações do direito de uso e do passivo de arrendamento, foram as seguintes:

	Galpão	Total
Direito de uso		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8.749	8.749
Reconhecimento de contratos no ano	-	-
Depreciação	(743)	(743)
Depreciação	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	8.006	8.006
Reconhecimento de contratos no ano	-	-
Depreciação	(743)	(743)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	7.236	7.236

	Galpão	Total
Passivo de arrendamento		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.304	8.749
Reconhecimento de contratos no ano	-	-
Pagamentos de aluguel	(1.086)	(1.086)
Juros	796	796
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.014	8.006
Reconhecimento de contratos no ano	-	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Galpão	Total
Pagamentos de aluguel	(1.086)	(1.086)
Juros	796	796
Saldos em 31 de dezembro de 2025	8.490	9.304
Passivo circulante		1.515
Passivo não circulante		6.975

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores mercado interno	8.088	5.841
Fornecedores mercado externo	1.306	1.306
Total	9.394	7.147

São compostos por compromissos a pagar de curto prazo, substancialmente com vencimentos até 90 dias, relativos a gastos com as atividades operacionais, imobilizados e despesas comerciais.

12. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo dos empréstimos se aproxima do valor contábil. A seguir, são demonstradas as principais características de cada linha de empréstimo e financiamento contratada:

Data da contratação	Principal	Vencimento da última parcela	Taxa de juros	2025	2024
Setembro/2024 (iii)	5.000	Setembro/2026	2,6% a.a. + 100% do CDI	1.032	5.087
Novembro/2024 (i)	5.000	Março/2025	3,15% a.a. + 100% do CDI	-	5.088
Novembro/2024 (ii)	5.000	Março/2025	3,7% a.a. + 100% do CDI	-	5.091
Outubro/2025 (iv)	10.000	Outubro/2026	4,99% a.a. + 100% do CDI	10.000	-
Total				11.032	15.266
Circulante				11.032	15.266
Não circulante				-	-

(i) Empréstimo para Capital de Giro junto ao Banco Itaú, no valor de R\$ 5.000, com vencimento em março de 2025;

(ii) Empréstimo para Capital de Giro junto ao Banco ABC, no valor de R\$ 5.000, com vencimento para março de 2025;

(iii) Empréstimo para Capital de Giro junto ao Banco ABC, no valor de R\$ 5.000, com vencimento para setembro de 2026;

(iv) Empréstimo para Capital de Giro junto ao Banco ABC, no valor de R\$ 5.000, com vencimento para setembro de 2025.

Em 2025, não houve constituição de garantias financeiras vinculadas às operações de empréstimos. Todas as operações foram contratadas sem exigência de garantias.

A movimentação dos empréstimos nos exercícios demonstra-se como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	15.266	10.376
Captação de empréstimos	10.000	10.000
Pagamento do principal e juros	(15.441)	(6.053)
Juros provisionados	1.207	943
SWAP provisionados	444	-
SWAP liquidados	(444)	-
Saldo no final do exercício	11.032	15.266

13. Debêntures a pagar

Em 1º de julho de 2022 a Urbem emitiu 70.000 (setenta mil) debêntures, ao valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais).

As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora e nem permutáveis por ações de qualquer outra companhia.

As debêntures foram caracterizadas como “debêntures verdes”, com base em parecer de Segunda Opinião, emitido por consultoria especializada, e com base nas diretrizes do Green Bond Principles de junho de 2021, implementados pela *International Market Association (ICMA)*; e marcação nos sistemas da B3 como título verde, com base nos requerimentos da B3.

As debêntures são da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações.

Observado o disposto na Escritura de Emissão, as debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da data de emissão, vencendo-se em 1º de julho de 2029, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das debêntures ou resgate antecipado total das debêntures. Em 23 de dezembro de 2024, o prazo de vencimento das debêntures foi repactuado, sendo prorrogado para 1º de setembro de 2031.

As debêntures foram subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal unitário.

Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescida de spread de 3,97% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, de resgate antecipado facultativo total, de oferta de resgate antecipado ou de aquisição facultativa, os valores relativos à remuneração das debêntures deverão ser pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2023. Os valores relativos ao principal deverão ser pagos semestralmente, em 10 parcelas, sendo o primeiro pagamento do principal devido em 1º de março de 2027.

A emissão das debêntures está sujeita ao cumprimento de covenants financeiros e operacionais, que visam assegurar a solvência da Urbem e a proteção dos direitos dos debenturistas. Entre as principais cláusulas acordadas, destacam-se:

- A manutenção de determinados índices financeiros, incluindo:
- Dívida Financeira Líquida (Dívida Financeira Líquida + Patrimônio Líquido Ajustado) menor ou igual a:
 - 0,50 para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024;
 - 0,60 para os exercícios de 2025 e 2026;
 - 0,80 para os exercícios a partir de 2027.
- Restrições quanto à distribuição de dividendos e emissão de novas dívidas sem consentimento dos debenturistas;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A previsão de que o descumprimento de quaisquer desses covenants pode resultar na exigência antecipada das debêntures, porém esse evento não tem vencimento automático, tornando-as exigíveis após decisão da AGD entre debenturista e agente fiduciário, não havendo vencimento automático.

No encerramento do exercício de 2025, o índice apurado foi de 0,97 (0,82 em 2024), acima do limite contratual de 0,60 estabelecido para o período.

Nos termos da escritura de emissão, o descumprimento desse índice caracteriza evento de descumprimento contratual, sujeito à deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) quanto à eventual exigibilidade antecipada da dívida.

Considerando eventos subsequentes, foi realizado aumento de capital que resultaria em um índice proforma de 0,58, em linha com o limite contratual.

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não houve deliberação por parte da AGD acerca da exigibilidade antecipada das debêntures, permanecendo a dívida classificada conforme seus vencimentos contratuais originais.

Em alinhamento com o Framework de títulos verdes elaborado e disponibilizado no site da Urbem, a dívida captada foi utilizada integralmente para recompor o caixa relativo aos adiantamentos feitos na aquisição e montagem dos equipamentos destinados a produção, constituição da equipe e reforma do galpão industrial no período de 1º de janeiro de 2021 até 31 de dezembro de 2022.

O saldo das debêntures está representado a seguir:

	2025	2024
Juros	4.327	5.204
Principal	70.000	70.000
Custos com emissão de debêntures	(740)	(948)
Total	73.587	74.256
Circulante	4.327	5.204
Não circulante	69.260	69.052

A movimentação das debentures nos exercícios demonstra-se como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	74.256	75.204
Captação de empréstimos	-	-
Pagamento do principal	-	-
Amortização de juros	(13.695)	(7.100)
Juros provisionados	12.817	5.204
Custos com emissão de debêntures	209	948
Saldo no final do exercício	73.587	74.256

14. Adiantamento de clientes

	2025	2024
Adiantamentos - mercado interno	5.104	5.580
Adiantamentos - mercado externo	4.636	-
Total	9.740	5.580

15. Outros passivos

	2025	2024
Venda para entrega futura	5.181	1.412
Outras contas a pagar	872	871
Total	6.053	2.283

16. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui contingências classificadas como de perda provável que demandem constituição de provisão. Entretanto, em 2025 a Companhia possui contingências classificadas como de perda possível no montante de R\$ 662.

17. Remuneração das pessoas-chave da administração

O valor agregado da remuneração paga aos administradores (Conselho de Administração, Diretoria e membros do Comitê Executivo) por serviços prestados nas respectivas áreas de competências está representado a seguir:

	2025	2024
Salários e encargos	2.163	2.665
Bônus e participação nos resultados	218	-
Total	2.381	2.665

18. Patrimônio líquido

a) Capital social e debêntures perpétuas conversíveis em ações

O capital social é de R\$ 182.833 mil (R\$ 146.937 mil em 2024), dividido em 3.341.683 ações, e as debentures perpétuas conversíveis em ações é de R\$ 7.643 mil (6.220 em 2024), dividido em 125.149 ações, assim apresentadas no quadro abaixo:

	2025		
	Participação %	Ações	Valor
BNDES Participações S.A. ("BNDESPAR")	16,64%	576.736	30.776
Urbis Fundo de Investimentos em Participações ("URBIS")	34,21%	1.186.118	61.979
SAX Investimentos e Participações Ltda.	13,01%	451.015	27.035
Akka Fundo de Investimento em Participações ("FIP AKKA")	9,63%	333.731	14.047
DX Venture Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia Investimento no Exterior ("FIP Multiestratégias")	22,91%	794.083	48.997
Total	96,39%	3.341.683	182.833
RM Futura Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (RM Futura)	3,61%	125.149	7.643
Total de ações e debêntures perpétuas para fins de cálculo de distribuição de dividendos	100%	3.466.832	7.643

Em 10 de fevereiro de 2025, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado um aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 25.000. Desse total, R\$ 12.318 foram integralizados em fevereiro de 2025 e R\$ 2.682 em março de 2025. Na mesma assembleia, foi delegada ao Conselho de Administração a competência para deliberar sobre a chamada de uma segunda tranche do aumento de capital, no montante de R\$ 10.000. Em abril de 2025, o Conselho aprovou a referida chamada, sendo que, neste contexto, ocorreu a transferência de participação entre acionistas, com a SAX adquirindo a participação da DX nesta tranche. A integralização correspondente ocorreu de forma parcelada entre os meses de abril, maio e junho de 2025. Adicionalmente, em outubro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária um novo aumento de capital no montante de R\$ 15.000. No entanto, o BNDES não exerceu seu direito de subscrição, e os demais acionistas não manifestaram interesse na subscrição das sobras, resultando em uma integralização total de R\$ 12.318 nesse aumento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Data	Valor (em reais)	Operação
28/02/2025	12.318	Integralização de debêntures perpétuas, convertidas em ações
01/03/2025	2.682	Integralização de ações
30/04/2025	1.136	Integralização de ações
05/05/2025	4.674	Integralização de ações
19/05/2025	1.788	Integralização de ações
24/06/2025	2.402	Integralização de ações
29/10/2025	3.384	Integralização de ações
04/11/2025	1.923	Integralização de ações
14/11/2025	7.012	Integralização de debêntures perpétuas, convertidas em ações
Total	37.319	

b) Reserva legal

É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios de 2024 e 2025, entretanto, foi apurado prejuízo, não havendo, portanto, base para a constituição da referida reserva nesses períodos.

19. Receita operacional líquida

A reconciliação da receita operacional líquida é a seguinte:

	2025	2024
Venda de produtos	33.092	14.962
Venda de serviços	4.009	1.262
Receita bruta	37.101	16.224
(-) Devoluções e abatimentos	(1.183)	(846)
(-) Impostos sobre receitas	(5.084)	(3.835)
Deduções da receita bruta	(6.267)	(4.681)
Receita operacional líquida	30.834	11.543

20. Custo operacionais por natureza

A Companhia operou em 2023 seu primeiro ano de produção, com a ausência de um importante equipamento, o classificador, conforme explicado no Contexto Operacional acima.

A ausência deste equipamento tornou necessária a importação de serrados de pinus já classificados, visando atender aos pedidos já assinados com clientes. Estes insumos possuem custo de aquisição muito mais elevado que o insumo no mercado nacional.

Em 2024 a companhia desenvolveu fornecedores locais para os serrados de pinus, trazendo redução significativa nos custos variáveis. Esta estratégia ampliou a base de fornecedores, minimizando riscos de concentração de sourcing no fornecimento de serrados.

Até o mês de dezembro de 2025 os custos foram:

	2025	2024
Matéria prima	(24.672)	(11.663)
Depreciações e amortizações	(11.518)	(7.356)
Salários e encargos sociais	(8.494)	(5.710)
Manutenção predial e máquinas	(343)	(1.916)
Energia elétrica	(1.332)	(869)
Biomassa	(504)	(590)
Aluguel	(1.605)	(1.397)
Outros	(2.735)	(1.911)
Total	(51.203)	(31.412)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas

	2025	2024
Despesa com pessoal	(8.381)	(8.922)
Depreciação e amortização	(705)	(312)
Serviços profissionais	(1.980)	(3.629)
Aluguel de imóveis	(92)	(106)
Viagens e estadias	(464)	(477)
Serviços advocatícios	-	(18)
Despesas comerciais	(5.199)	(1.277)
Despesas com tecnologia e comunicação	(749)	(173)
Instalações e utilidades	(559)	(873)
Seguros	(91)	(18)
Outros impostos e taxas	(471)	(205)
Provisão para redução a valor recuperável	1.023	(1.023)
Outras receitas/despesas	(1.875)	1.956
Total	(19.543)	(15.077)
Apresentadas em		
Despesas gerais e administrativas	(13.442)	(14.610)
Despesas comerciais	(5.199)	(1.277)
Outras receitas (despesas), líquidas	(902)	810
Total	(19.543)	(15.077)

22. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	134	1.338
Descontos obtidos	196	21
Juros ativos	26	1
Variação cambial ativa	12	33
Total receitas financeiras	368	1.393
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1.281)	(2.317)
IOF	(144)	(100)
Juros de mora	(216)	(171)
Descontos concedidos	(160)	(11)
Juros sobre empréstimos	(1.651)	(943)
Juros sobre debêntures	(12.817)	(10.275)
Custo emissão de debêntures	(209)	(259)
AVP sobre arrendamento mercantil	(562)	(789)
Outras despesas	(80)	-
Total despesas financeiras	(17.120)	(14.865)
Resultado financeiro, líquido	(16.752)	(13.472)

23. Instrumentos financeiros e riscos

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	Categoria	2025	Valor Justo	2024	Valor Justo
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	2.393	2.393	3.810	3.810
Contas a receber de clientes	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	7.427	7.427	3.121	3.121
Total			9.820	9.820	6.931	6.931
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	9.394	9.394	7.147	7.147
Empréstimos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	11.032	11.032	15.266	15.266
Arrendamento a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	8.490	8.490	9.014	9.014
Debentures	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	73.587	73.587	74.256	74.256
Total			102.503	102.503	105.683	105.683

23.1. Fatores de risco financeiro

a) Visão geral

A administração da Companhia está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentável ao longo do tempo. As atividades da Companhia estão expostas a diversos fatores de riscos financeiros que podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da companhia, como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de administração. A administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

b) Avaliação

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras. Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias.

c) Valor justo versus valor contábil

Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais.

Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços.

23.2. Risco de liquidez

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que não ocorra quebra de limites ou cláusulas de empréstimos (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia.

A administração investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros que são liquidados em uma base líquida por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Arrendamento Financeiro	1.517	1.517	4.551	1.429
Fornecedores	7.147	-	-	-
Empréstimos	15.266			
Debentures	5.204	-	13.806	55.246
Em 31 de dezembro de 2025				
Arrendamento Financeiro	1.517	1.517	4.149	1.307
Fornecedores	9.393	-	-	-
Empréstimos	11.032			
Debentures	4.327	14.000	42.000	14.000

23.3. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

23.4. Risco de mercado

A Companhia está exposta à riscos de mercados, sendo os principais as variações de taxas de câmbio e taxas de juros que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

23.5. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Urbem, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

24. Seguros (não auditado)

A Urbem possui seguros para cobrir sinistros de parte de seus equipamentos, conforme apólices a seguir:

Tipo de Apólice	Apólice	(Prêmio)	Vencimento
D&O e Riscos Ambientais: Chubb	17.10.0025427.28	40.114	20/01/2027
Seguro indústria: Mapfre Seguros e Fator Seguradora	55582146	529.999	12/04/2027
Empilhadeira: Essor Seguros	1335040762/2026	10.585	15/04/2027

25. Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em fevereiro de 2026, diante de necessidade imediata de reforço de capital de giro, o Conselho de Administração aprovou a celebração de instrumento de mútuo conversível em participação societária, o qual foi celebrado entre a Companhia e determinados acionistas, no montante de R\$ 16.000.

Os recursos correspondentes foram integralmente disponibilizados à Companhia em março de 2026.

A operação será submetida à ratificação em Assembleia Geral, conforme previsto nos instrumentos societários da Companhia, incluindo a definição das condições para eventual conversão do crédito em capital social.

Este evento subsequente é considerado relevante para a continuidade das operações da Companhia, contribuindo para o fortalecimento de sua estrutura de capital e liquidez no curto prazo.

Amortização de juros das debêntures

Em 26 de março de 2026, foram devidamente liquidados os juros previstos referentes às debêntures, no montante de aproximadamente R\$ 6,7 milhões. Esse evento reforça a regularidade no cumprimento das obrigações financeiras associadas a esses instrumentos, não tendo sido identificadas ocorrências que indiquem inadimplência ou qualquer risco de descontinuidade nos pagamentos.

Aspectos econômico-financeiros

I) A Companhia apresenta a seguinte situação econômico-financeiro em 31 de março de 2026:

	31/03/2026 (não auditado)
Receita operacional líquida	8.380
Custos dos produtos vendidos	(8.299)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(5.216)
Resultado operacional	(5.135)

	31/03/2026 (não auditado)
Caixa e equivalentes	3.190
Fornecedores	(9.825)
Empréstimos e financiamentos	(10.189)
Debêntures	(70.374)
Dívida líquida	(87.198)

* * *